

## Ente o corpo e o arquivo: aproximações à ideia de gesto docente

*Between the body and the archive: approximations to the idea of teaching gesture*

*Entre el cuerpo y el archivo: aproximaciones a la idea del gesto docente*

Angélica Vier Munhoz

Universidade do Vale do Taquari

[angelicavmunhoz@gmail.com](mailto:angelicavmunhoz@gmail.com)

<http://orcid.org/0000-0002-2644-043X>

Julio Groppa Aquino

Universidade de São Paulo

[groppaq@usp.br](mailto:groppaq@usp.br)

<https://orcid.org/0000-0002-7912-9303>

### RESUMO

O propósito do ensaio consiste na articulação da noção de gesto a três outras instâncias: corpo, arquivo e docência. Na primeira argumentação, tomam-se as ideias de arquivo e de memória, a partir de algumas proposições de Michel Foucault. Na segunda, a aproximação dá-se com o historiador Yves Bisch, na perspectiva de entender como arquivamos e recriamos os gestos da docência no corpo. A terceira apoia-se em relatos da historiadora Arlette Farge, que se ocupou de gestos de determinado espaço-tempo. A argumentação aponta para a apreensão do gesto como abertura para uma nova temporalidade. Trata-se do que faz mover, perturbando o que o precedeu, atualizando-o e repetindo-o uma vez mais. As conclusões encaminham-se à ideia de que um corpo, no registro da docência, é sempre produzido a partir de seus gestos, os quais são arquivados, atualizados e transcritos, instaurando-se, assim, a possibilidade de que modos inusitados de existir possam ali se afirmar.

**Palavras-chave:** Arquivo. Corpo. Docência. Gestos.

### ABSTRACT

*The aim of this paper is to articulate the notion of gesture with three other themes: body, archive and teaching. Firstly, some of Michel Foucault's proposals are used to approach the ideas of archive and memory. Secondly, the approximation to historian Yves Bisch enables us to understand how we file and recreate teaching gestures in the body. Thirdly, reports by historian Arlette Farge, who focused on gestures of certain time-space, support the discussion. The argumentation points out the gesture apprehension as an opening to a new temporality. It is what triggers something by disturbing what preceded it, by updating and*

*repeating it once more. The conclusions lead to the idea that a body, in the teaching recording, is always produced from its gestures, which are filed, updated and transcreated, thus enabling that unexpected ways of existing are reinforced.*

**Keywords:** *Archive. Body. Gestures. Teaching.*

## RESUMEN

*El propósito del presente ensayo consiste en la articulación de la noción de gesto con otras tres instancias temáticas: cuerpo, archivo y docencia. En la primera argumentación, se toman las ideas de archivo y de memoria, a partir de algunas proposiciones de Michel Foucault. En la segunda, la aproximación se da con el historiador Yves Bisch, a través de una perspectiva para comprender el modo en que archivamos y recreamos los gestos de la docencia en el cuerpo. La tercera se apoya en relatos de la historiadora Arlette Farge, que se ocupó de gestos de determinado espacio-tiempo. El argumento apunta para la aprensión del gesto como una apertura para una nueva temporalidad. Se trata de aquello que hace moverse, perturbando lo que precedió, actualizándolo y repitiéndolo una vez más. Las conclusiones avanzan en dirección a la idea de que un cuerpo, en el registro de la docencia, es siempre producido a partir de sus gestos, los cuales son archivados, actualizados y recreados, instaurándose así la posibilidad de que existan formas inusuales de existir.*

**Palabras clave:** *Archivo. Cuerpo. Docencia. Gestos.*

## Introdução

*Todo o gesto feito hoje é uma revolta contra o gesto feito ontem.*  
Fernando Pessoa

“O corpo é o lugar privilegiado de arquivo”: a afirmação de André Lepecki (2015, p. 46, tradução nossa) resulta paradoxal, em princípio. Se o corpo é um campo de forças mutantes, como ele poderia comportar um arquivo? Se o corpo é movente e transitório, como poderia arquivar algo tão efêmero e, por vezes, imperceptível como um gesto? De que modo o arquivamos, precisamente? E se forem gestos da docência, onde e como ativamos esses elementos que compõem nossa existência, criando condições para que ganhem novas expressividades?

No corpo, gestos são arquivados, é fato. E estes consistem na presentificação do espírito, pois, tal como pondera Vergílio Ferreira (2011, p. 273), “nada se torna mais presente do que o gesto [...]. O gesto realiza a palavra em total presença, é por isso que a deliberada ausência de gestos é um gesto ainda, como o silêncio pode ser de si uma palavra mais expressiva que a palavra”. Contudo, se os gestos definem um modo de estar no mundo, eles também são, conforme David Lapoujade (2017, p. 15), “a maneira de fazer existir um ser em determinado plano [...]. Cada existência provém de um gesto que o instaura, de um ‘arabesco’ que determina que será tal coisa”.

Arquivamos a memória dos gestos, tornando nosso próprio corpo um arquivo. Mas como adentramos esse arquivo e acessamos a tais memórias? Ademais, o que produzimos com as memórias a que acessamos?

De modo geral, o arquivo pode ser compreendido como um grande continente de armazenamento de acesso a informações; nessa perspectiva, ele está ligado ao âmbito de preservação da memória na medida em que funciona como um centro metabolizador de dados e fatos. Porém, se lançarmos mão de uma ideia de arquivo menos restritiva, ampliando-a para além da perspectiva de dispositivo físico e material, poderemos compreender que, tal como afirma o historiador Pierre Nora (1993, p. 13), os lugares de memória “nascem e vivem do sentimento que não existe memória espontânea, que é preciso criar arquivos, organizar celebrações, manter aniversários, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque estas operações não são naturais”.

Tais *lugares de memória* corresponderiam a locais materiais e imateriais onde se cristalizam e se fixam as memórias de uma sociedade, servindo também como modos de apreender a memória que não nos são naturais, pois não vivemos mais o que elas representam. Para o historiador, é preciso, portanto, uma vontade de memória para que o lugar desta não seja apenas um lugar de história.

A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam, ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. [...]. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo (NORA, 1993, p. 9).

Na contramão de uma história evolutiva e linear das ideias e das coisas, também Michel Foucault (2008a) buscou compreender a história como uma forma de positividade que possibilita condições de realidade às diferentes formações discursivas. Esse sistema de discursividades, que transforma o *a priori* histórico em fatos e coisas reais operando uma dada realidade histórica, é o que Foucault denomina *arquivo*: “O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares” (FOUCAULT, 2008a, p. 147).

De outro modo, “um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente” (FOUCAULT, 2008a, p. 36). Embora único, como

todo acontecimento, o enunciado está aberto à repetição, à transformação e à refundação. Isso porque um enunciado correlaciona-se a uma série de outros enunciados que o precederam e que o sucederão. Tal processo de sucessão, ordenação, afirmação e oposição dos enunciados dá-se por um domínio de memória, mesmo que essa memória não tenha um sentido físico ou material.

Com efeito, o arquivo, para Foucault, não é reflexo de uma realidade material, um lugar de onde se extraem fatos ou um suporte neutro de memória, mas um conjunto de regras que precipitam, dentro de uma cultura, o aparecimento, a persistência e o apagamento de determinados enunciados. Assim, de um lado, o arquivo está ligado a “um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas, por outro lado, abre para si uma existência remanescente no campo de uma memória” (FOUCAULT, 2008a, p. 36). Esta, por sua vez, se organiza diferentemente em formações discursivas distintas, definindo o que cada arquivo reconhece como válido ou descartável, já que os limiares da memória também são contingenciados por relações de poder e saber.

Isso posto, pode-se afirmar que buscamos tratar no presente texto de um arquivo imaterial e simbólico, o qual está inexoravelmente relacionado à memória, e não de um arquivo físico como repositório de memórias; arquivo imaterial e simbólico que se inscreve no corpo, na forma de gestos, compondo e ativando determinados modos de existir.

Daí a pergunta-chave: Como deslindar o gesto do arquivo-corpo? Ou, nos termos de Derrida (2001, p. 8), “em que se transforma o arquivo quando ele se inscreve diretamente no próprio corpo?” Arlette Farge ajuda-nos a pensar:

Imobilizado pela iconografia, enterrado sob as palavras que privilegiam o evento em detrimento dos corpos que criam, o gesto é indefinidamente roubado de nossa memória. Portanto ele se desenha em meio a uma frase, se introduz nas brechas da história, explode em um detalhe. De sua pontuação movente e expressiva, ele encontra a ordem do discurso. Jamais realmente descrito, ele é de uma presença paradoxalmente familiar e obsessiva, porque ele não cessa de prolongar o corpo e suas palavras em uma multiplicidade de signos carnalmente perceptíveis. Ele testemunha sensivelmente a mobilidade dos corpos e sua surpreendente possibilidade de subversão (FARGE, 1979, p. 118, tradução nossa).

Partindo da premissa de que o corpo compõe discursos (e é por estes composto), deduz-se que os gestos que dele emanam são, inexoravelmente, construções culturais atreladas a determinadas ambiências sociopolíticas. É certo, pois, que o corpo não é neutro, uma tela em branco, suposta superfície modulável no tempo e no espaço. Trata-se,

ao contrário, de uma matéria movente, um território de tensão e de embates permanentes. Daí de tratar de uma superfície de inscrição dos acontecimentos, instância de dissolução do eu, matéria atravessada por forças múltiplas em agonismo constante:

Sobre o corpo se encontra o estigma dos acontecimentos passados do mesmo modo que dele nascem os desejos, os desfalecimentos e os erros; nele também eles se atam e de repente se exprimem, mas nele também eles se desatam e entram em luta, se apagam uns aos outros e continuam seu insuperável conflito (FOUCAULT, 1979, p. 22).

O corpo consiste, pois, em ocasião de inscrições e apagamentos, sustentáculo de memórias e, ao mesmo tempo, de esquecimentos. Seja o corpo plural ou individualizado, dócil ou utópico, para Foucault não existiria uma verdade essencial de um corpo uno, mas um mosaico de corpos atravessados pela história e, por isso, produtores de histórias. Desta feita, se o corpo consiste na superfície de estratégias disciplinares ou biopolíticas (FOUCAULT, 1979; 2008b), se ele é objeto de relações de governo em que se desdobram determinadas práticas de subjetivação (FOUCAULT, 1985), ele também pode vir a ser uma fonte infinita de resistência e reinvenção face à captura de forças estagnantes.

Em sua precariedade constitutiva, em suas afecções, em seus buracos de memória, em seus sangramentos e paixões, o corpo é, assim, errante, agenciador, desejante, ou seja, “formador e transformador de si mesmo e dos enunciados que o fazem e o delimitam” (LEPECKI, 2010, p. 5). Daí podermos divisá-lo como arquivo, ou seja, um corpo com temporalidades distintas, no qual coexistem o que viemos sendo e o que estamos em vias de nos tornar, mesmo que sobre isso ainda nada saibamos. Novamente admitimos com Foucault (2008a, p. 147) que o arquivo é

[...] o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo as regularidades específicas; ele [o arquivo] é o que faz com que não recuem no mesmo ritmo que o tempo, mas que as que brilham muito forte como estrelas próximas venham até nós, na verdade de muito longe, quando outras contemporâneas já estão extremamente pálidas.

Com efeito, se no corpo se imprimem as inscrições do passado e nele se vão remontando e, ao mesmo tempo, se renovando as experiências de um dado espaço-tempo, seria ele o primeiro dos arquivos? Ocuparia ele o lugar da *arkhé* pré-socrática (DERRIDA, 2001) – o que vem no começo e no fim de tudo –, como os gregos o supunham? Se assim o

for, tal premissa indicaria que há um jogo de poder no coração do arquivo, o qual determina aquilo que deve ser lembrado e, por consequência, aquilo que não precisa, não merece, não pode ou não deve ser trazido à baila.

Por outra via, admitimos, com Birman (2017, p. 12), que, mesmo se o corpo estivesse na origem de todas as coisas, o corpo-arquivo, entretanto, não poderia remeter a nenhuma fixidez ou imobilidade, já que “tem de ser permanentemente apagado para que possa ser renovado”. Daí o corpo como um arquivo em sua existência transitória, podendo ser acessado nos atravessamentos de seus fluxos errantes, na multiplicidade de seus gestos, nas maneiras de percebê-lo e de explorar suas potencialidades. Novamente com Lepecki (2010, p. 38): “Tal como o corpo, tal como a subjetividade, o arquivo é dispersão, expulsão, derramamento, diferenciação; uma efervescência, uma geração e uma transformação de declarações em eventos, de coisas em palavras e de virtualidades em coisas reais (e vice-versa)”.

Não se tratando de um arquivo inerte, suposto depósito das memórias do mundo, é no corpo, no entanto, que arquivamos os acontecimentos, isto é, o *continuum* variável de nossas existências. E o fazemos quando lhe permitimos se experimentar, quando o potencializamos a ponto de resistir à sua autodestruição, capacitando-o a se tornar um vetor de exploração dos limites e das possibilidades gestuais. Do mesmo modo, acessar o corpo-arquivo implica o ato de mobilizar gestos vivos que nunca cessam de se reinventar, de se reorientar e de se bifurcar. Nessa direção, em cada configuração espaço-temporal, o corpo pode arquivar e, simultaneamente, pôr em movimento determinados gestos, atualizando-os, traduzindo-os, animando-os. O corpo, em suma, como arquivo e arquivista de gestos instauradores da existência.

## Ler o passado no presente do gesto docente

Em *Écoles d'Alsace – Les leçons de l'histoire*, o historiador Yves Bisch relata com certo humor as dificuldades fáticas das primeiras escolas no contexto particular da Alsácia, assim como os embaraços dos primeiros professores no Antigo Regime francês – “quando a turma era feita no quarto ou na sala de jantar daquele que ainda não era mestre” (BISCH, 1996, p. 9, tradução nossa) –, chegando ao traçado da instituição escolar no século XXI. Tal esforço genealógico de amplo espectro foi o resultado de uma investigação ancorada não apenas em uma gama de documentos, mas também em testemunhos de indivíduos que se apresentaram após o lançamento de uma chamada pública feita por ele.

Na referida obra, Bisch aponta que o tratamento específico ao professor raramente correspondia a uma situação social respeitada, de modo que “nenhum homem inteligente e ativo, com algumas exceções, é tentado a abraçar a profissão de professor de escola” (BISCH, 1996, p. 25, tradução nossa).

Os professores da Alsácia, na segunda metade do século XVIII, resumiam-se a mestres itinerantes que se ofereciam à comunidade, muitos deles portadores de conhecimentos e habilidades bastante rudimentares para o ofício. A identificação desses personagens era operada por meio do uso de plumas em seu chapéu, tal como pode ser aferido no fragmento a seguir, intitulado *A feira de mestres escolares* (1783), constante da obra de Bisch:

Prefeito, jurados e agentes da comunidade da aldeia consultam o padre para a contratação de um professor. Mas onde encontrar um professor disponível e pouco exigir do ponto de vista de retribuição e habitação? Na feira da escola em Altkirch, durante o Michelmarkt (a feira de Saint-Michel) que é no final de setembro, em frente ao pórtico da igreja, alguns homens estavam andando de um lado para o outro. Eles estavam simplesmente vestidos com um par de calções, jaqueta de pano cinza e usavam uma, duas ou três penas de ganso costuradas na fita do seu chapéu. Eles eram professores de escola à procura de emprego. O número de penas indicava sua capacidade de ensinar. Os portadores de uma pena só sabiam ensinar leitura, aqueles que usavam duas penas poderiam ensinar as crianças a ler e escrever. Quanto aqueles que alinhavam três penas em seu chapéu, eram capazes de dar o ensino leitura, escrita e cálculo. Nenhum desses postulantes para um lugar de mestre na escola, tinham recebido formação profissional nem possuíam um diploma de capacidade: a ideia de que a profissão docente havia de ser aprendida não estava ainda em curso (BISCH, 1996, p. 25, tradução nossa).

Pode-se notar, no relato do autor, que as razões que levavam os candidatos ao ensino, naquela época, nada tinham a ver com vocação ou profissionalização. Eram trabalhadores desempregados que ofereciam seus serviços em troca de seu “fim de mês”, afirma Bisch (1996, p. 21, tradução nossa):

- em Nussdorf perto de Landau, um tecelão se apresenta em 1653;
- Goxwiller, é "um idiota, sapateiro de sua condição", que dirige, em 1663, a escola da aldeia;
- em Graffenstaden, um soldado dá aulas nos dias em que ele não está de plantão;
- em Furdenheim, um veterano, ex-mosqueteiro ao serviço do imperador, volta para casa depois da paz de Nijmegen. Prefere-se ele ao velho alfaiate, que até então instruía os jovens;
- em Mittelwihr, escriba fugitivo de Ansbach postula, em 1662, para o assento do professor;

- em Bouxwiller, a escola é dirigida por um estudante de medicina;
- para Ingwiller, um nobre da Turíngia, náufrago de guerras anteriores, encontrou abrigo como professor de 1672 a 1678 (BISCH, 1996, p. 21, tradução nossa).

Os baixos salários aliados à falta de formação e de profissionalização faziam com que muitos daqueles professores também ocupassem outros cargos e funções municipais:

- em Algsheim, em 1769, o reitor é ao mesmo tempo mestre;
- em Baltzenheim, em 1765, o mestre é convocado para escolher entre sua classe e os deveres do sargento, que ele acumula;
- em Belchenthal, em 1770, o mestre também é diretor da igreja e sargento da comunidade;
- em Biltzheim, em 1790, o professor acumulou o trabalho de sargento, o de “Weibel”, diretor de igreja e organista;
- em Fortschwihhr, de 1734 a 1750, os professores são ao mesmo tempo sargentos e *bangards*, porque eles precisam dos emolumentos destes funções para mantê-los (BISCH, 1996, p. 22, tradução nossa).

Algumas das referidas funções estavam relacionadas à Igreja e envolviam as seguintes incumbências:

- cuidar da igreja ou templo
- abrir de manhã, fechar à noite, cuidar da manutenção
- preparar os ornamentos, cobrir os altares, cuidar da roupa da igreja
- acompanhar o padre nas tarefas administrativas
- fazer convites para casamentos e enterros
- reinstalar, limpar, engraxar o relógio
- tocar os sinos
- liderar o canto, introduzir as crianças ao canto coral
- tocar os órgãos e liderar o coro (BISCH, 1996, p. 22, tradução nossa).

Em relação à nomeação, o mestre, no caso de ser católico, antes de cumprir suas obrigações, devia apresentar-se ao bispo ou ao pároco para ser aprovado. Para os protestantes, devia solicitar ser examinado pelo consistório<sup>1</sup> e não pelo pastor. Esse tipo de exame não pressupunha as habilidades do candidato, mas sua conduta e sua moral. O objetivo principal era o de “garantir que ele possuísse as verdades da religião” (BISCH, 1996, p. 22, tradução nossa). Na prática, segue relatando Bisch (1996), nem o reitor, nem os pais da família se importavam muito com a escola, uma vez que é o padre ou o pastor que exerce um poder disciplinar, uma vez que ele tem o direito de entrar na escola em todos os momentos e monitorar o ensino, tal como se pode observar a seguir.

---

<sup>1</sup> Reunião de Cardeais para dar assistência ao Papa em suas decisões.

Legislação escolar das escolas de Murbach, em 1680

- os alunos devem usar os uniformes na igreja para que sejam reconhecidos pelos outros.
- cada aluno deve frequentar a escola de manhã das 6h à 9h (no verão), das 7h às 10h (no inverno) e a tarde se não for véspera de feriado.
- na igreja cada um deve ter o seu rosário. Aqueles que não se comportarem bem na igreja serão punidos com a vara, na escola.
- cada aluno deve recontar o sermão ao professor. Aquele que não frequentar a missa será punido com a vara (BISCH, 1996, p. 19, tradução nossa).

O controle docente, estrito e muitas vezes exigente, é ao mesmo tempo doutrinal, moral e pedagógico” (BISCH, 1996, p. 22, tradução nossa). O professor, por sua vez, deve obediência e respeito às autoridades eclesásticas, mesmo fora do serviço da Igreja, não podendo ausentar-se da cidade sem o acordo daquelas.

Também no que diz respeito à situação material daqueles professores, algumas situações eram miseráveis:

Em Obenheim, o infeliz mestre católico é tão mal pago que ele é forçado a implorar seu pão. Qual pode ser o prestígio de um homem em perpétua e degradante falta de nutrição? Essa miséria completa é obviamente uma exceção, mas mesmo que os mestres “abaixem a cabeça para viver”, a situação precária faz do professor um servo da comunidade (BISCH, 1996, p. 25, tradução nossa).

Entretanto, as escolhas aleatórias de professores não durariam muito tempo. Em 1790, o governo de Colmar, maior cidade da Alsácia, anunciava:

Começemos a formar mestres de escola! Que não seja o homem que melhor sabe tocar o órgão e entoar o canto. Será o homem que terá os melhores princípios de moralidade, unidos ao maior conhecimento das partes orgânicas [...]. Em uma eleição da comunidade, os maiores conhecimentos nem sempre são suficientes: “eles cantam com suas mais belas vozes, mostram padrões de caligrafia”, mas ainda quem recebe mais votos é aquele que conta mais amigos (BISCH, 1996, p. 26, tradução nossa).

A criação de critérios para a seleção de professores não resultou em muitos avanços ao ensino, primeiramente porque a valorização de princípios morais prevalecia em detrimento de habilidades e conhecimentos específicos; em segundo lugar, porque havia poucos candidatos aptos à docência.

- Em Barr, em 1686, o mestre mal consegue ler e é incapaz de ensinar a escrita;
- Em Bourogne, em 1787, o professor não tem nem princípio de escrita, nem ortografia, nem muita leitura;

- Em Huningue, em 1783, o mestre, de acordo com o magistrado, é um 'Homem inepto', que teve que ser contratado, porque não havia nenhum outro;
- Em Ferrette, em 1786, o mestre antigo e enfermo é substituído por seu filho ou mais frequentemente por duas de suas filhas, costureiras (BISCH, 1996, p. 25, tradução nossa).

Em que pese a especificidade histórica do relato de Bisch, temos aí alguns rastros de como o cotidiano das vidas docentes foi sendo constituído: as posturas corporais, as condutas morais, o corpo servil, a (des)valorização da profissão, a função pastoral embutida nos afazeres. Trata-se, em suma, de um conjunto de pequenos gestos que se tornaram emblemas identitários da docência, marcando a ferro os corpos e as almas docentes.

Outro relato se nos afigura de interesse. Em 1873, o jornalista alemão H. Scheube publicou em um jornal de Berlim um texto sobre a prática do pedagogo Johann Bernhard Basedows, sob o título de *Um pedagogo exemplar*. Embora a matéria, cujo título é empregado em tom de ironia, se preste a ridicularizar os profissionais da educação, ela expressa um conjunto de práticas corporais docentes, observadas as condições de enunciação da época. Segue assim o relato:

No final dos seus 51 anos e 7 meses de mandato, um mestre um tanto estatístico entrega uma estimativa, que ele qualifica modestamente de moderada: 911 527 golpes de varas, 124 100 armas, 20 989 reguadas, 10.235 truques, 7.905 bofetões, 1.115.800 socos e 22.763 golpes de Bíblia, catecismos, livro de canções e outras gramáticas. Em 777 ocasiões, os estudantes foram obrigados a se ajoelhar em ervilhas e 613 vezes em um pedaço de madeira de formato triangular, em 5.001 vezes usaram bonés de burro e seguraram 1707 vezes a varinha no comprimento do braço, para não mencionar punições casuais e improvisadas. Seu repertório contava com 3.000 insultos, dos quais dois terços lhe foram legados por sua pátria e o restante de sua própria invenção (BISCH, 1996, p. 27, tradução nossa).

Ainda que, nos dias atuais, nada haja de surpreendente em tal relato – há muito a escola moderna e seus dispositivos disciplinares foram dissecados, sobretudo a partir das análises de Foucault (1987) –, a manifestação de Scheube acerca das práticas disciplinares de Basedow é ocasião para revisitar o modo como o corpo foi condicionado pelas experiências que o fundaram, pelos gestos que o marcaram, pelas identidades que o fixaram. Para tanto, é necessário ter em mente que “a análise do arquivo comporta, pois, uma região privilegiada: ao mesmo tempo próxima de nós, mas diferente de nossa atualidade, trata-se da orla do tempo que cerca nosso presente, que o domina e que o

indica em sua alteridade; é aquilo que, fora de nós, nos delimita” (FOUCAULT, 2008a, p. 148).

Certamente não podemos voltar as costas para nós mesmos, posicionando-nos nas bordas do arquivo, já que este só existe na medida em que o atualizamos, reavivando sua materialidade no presente. Assim, se, conforme anuncia Giorgio Agamben (2007, p. 59), “o gesto é o que continua inexpresso em cada ato de expressão”, poderíamos afirmar que os gestos que constituíram historicamente a vida docente continuam presentes de algum modo nas formas de expressão daqueles que herdaram tal legado. Nessa perspectiva, talvez haja alguma dificuldade de criar novos gestos, já que tal esforço demandaria produzir outros sentidos em face dos signos incrustados do corpo-arquivo docente. Mais do que isso, tal ação implicaria o esquecimento de um montante variável de gestos arquivados, tal como Nietzsche (1998, p. 47) sugere na Segunda Dissertação da *Genealogia da moral*: “Fechar temporariamente as portas e as janelas da consciência; permanecer imperturbado pelo barulho e a luta do nosso submundo de órgãos serviçais a cooperar e divergir; um pouco de sossego, um pouco de tabula rasa da consciência para que novamente haja lugar para o novo”.

É a um esquecimento ativo que Nietzsche se reporta: força que altera a concepção de uma memória de marcas não mais passível de transformação. O esquecimento, portanto, não apagaria as marcas já produzidas pela memória, mas impediria a fixação de determinadas inscrições.

Novamente podemos pensar que tais gestos atravessaram o tempo, delimitando um modo específico de viver a docência. Por vezes, apercebemo-nos tão plasmados de tal memória de marcas que, com o intuito de desmanchá-las, produzimos formas ao seu avesso, permanecendo, assim, presos a um corpo autômato.

Não obstante, para Agamben (2008, p. 11), “uma época que perdeu seus gestos é, por isso mesmo, obcecada por estes; para homens, dos quais toda natureza foi subtraída, cada gesto torna-se um destino”. Dessa maneira, continua o autor, “quanto mais os gestos perdiam sua desenvoltura sob a ação de potências invisíveis, tanto mais a vida tornava-se indecifrável” (AGAMBEN, 2008, p. 11). O pensador italiano refere-se ao ápice da tensão entre, de um lado, o esfacelamento do gesto e, de outro, a transfiguração deste pela burguesia europeia do final do século XIX, apontando que numerosas tentativas de recuperar os gestos que escapavam a uma determinada época produziram novos movimentos e signos. Nesse sentido, para Agamben (2007, p. 63), “a história dos homens

talvez não seja nada mais que um incessante corpo-a-corpo com os dispositivos que eles mesmos produziram”.

Relembrando outro autor que se dedicou à tematização aqui em pauta, Jean Galard (2008, p. 27), admitimos que o gesto “nada mais é que o ato considerado na totalidade de seu desenrolar, percebido enquanto tal, observado, captado. O ato é o que resta de um gesto cujos momentos foram esquecidos e do qual só se conhecem os resultados”.

Em suma, repetimos gestos codificados através dos séculos, e os repetimos tantas vezes que a autoria desaparece no pó da história, por vezes, não deixando qualquer vestígio. Tais gestos são capturados por modos convencionais do fazer docente, correspondendo a certa legibilidade identitária ou mesmo a dada funcionalidade da profissão. Contudo, há gestos docentes que sinalizam o modo como estamos sintonizados com a vida ali possível. Não se trata de gestos mecanizados ou universalizantes, mas de movimentos singulares que se repetem, dando forma a determinada maneira de ser professor. Trata-se de uma repetição criadora, cujos contornos produzem certo estilo docente, um determinado modo de se relacionar com o mundo, extravasando-o.

## Fazer existir o que não existia

Por entre os arquivos da Biblioteca do Arsenal e da Biblioteca Nacional da França, a historiadora Arlette Farge rastreou a vida de Paris do século XVIII. Em *Vivre dans la rue à Paris au XVIII siècle*, a arquivista adentra as ruas populares parisienses do final do Antigo Regime, compreendendo-as como um lugar vital, um espaço em movimento pelas pessoas que a ocupavam: “Espaço visível, a rua de alguma maneira revela o essencial dos corpos e das coisas” (FARGE, 1979, p. 20, tradução nossa). Mais que um lugar de passagem, a rua, para a autora, afirmava-se como uma forma de existir: “Eu amo o século XVIII porque é um século extremamente sensual, efervescente e muito gestual. O século de uma sociedade oral que fez de seu corpo seu único bem e o usa até o fim, corpo que o século XIX sufocou pela industrialização” (FARGE, 2011, n.p., tradução nossa).

Atenta ao *sabor do arquivo*, a historiadora busca tornar visível a vitalidade de gestos incompletos e sutis. Os rostos, os signos, as expressividades testemunhavam a vida. Segundo ela, “além dos níveis sócio-econômicos muito rapidamente detectados pela aparência externa, nos surpreendemos com gestos, impulsos, ligações, rupturas, habitações e recusas” (FARGE, 1979, p. 20, tradução nossa). Assim, não são as coisas visíveis do cotidiano que capturaram o olhar de Farge, mas as silhuetas e, sobretudo, os mínimos movimentos.

Os corpos se movem e falam, esfregam os ombros e os cotovelos, usam o espaço dado aos seus gestos, portanto aos seus desejos. e mesmo que as fontes não ofereçam o detalhe que faria uma tipologia real dos gestos usuais, elas restauram situações e eventos que traem o movimento incessante e abundante de pessoas na rua (FARGE, 1979, p. 118, tradução nossa).

Em outra passagem, afirma:

Eles vivem do lado de fora, reagrupam-se, acumulam-se. Sua pobreza é óbvia: os rostos, os corpos, as roupas testemunham, as ocupações diárias também. As histórias insistem nesta presença fluida e incessante da multidão, mas sabemos pouco sobre gestos e sobre a expressividade das pessoas nas ruas (FARGE, 1979, p. 93, tradução nossa).

Arquivar os gestos, tomando-os como um material vivo, não se presta a abrir uma lacuna entre o passado e o presente, ou mesmo a desvelar seus supostos significados, mas a perspectivar o que transborda no corpo. Trata-se da vontade de arquivar os gestos de determinada época, tal como afirma Lepecki (2015, p. 35, tradução nossa): “há uma vontade de arquivar e arquivar também pode ser experimentar”. Arquivar e experimentar, nessa chave de pensamento, talvez consistam em fazer insistir não os restos do passado, mas o que, a partir dele, pode ser reinventado.

Assim, para a Farge, os gestos minúsculos e imperceptíveis não ganham evidência na ordem da história, mas são pequenos acontecimentos, pois remetem “(mais ou menos desajeitadamente) a formas de comunicação corriqueiras, nas quais a linguagem corresponde também a culturas e saberes inteiramente particulares e pessoais” (FARGE, 2009, p. 83). Assim, cada gesto remeteria a uma proposição de existência que se instaura em uma rede de relações, tal como lembra Lapoujade ao se referir ao filósofo Étienne Souriau: “Existir é sempre existir de alguma maneira. Ter descoberto uma maneira de existir, uma maneira especial, singular, nova e original de existir, é existir à sua maneira” (LAPOUJADE, 2017, p. 89).

Nesse diapasão, retomamos uma afirmação de Deleuze (1983, n.p., tradução nossa), na conferência em Vincennes de 17 maio de 1983: “Fazer existir é você fazer existir alguma coisa que você não empresta do existente”. Para o autor, fazer existir é ultrapassar o já existente, posto que não é possível criar sob o jugo da representação. Para fazer existir, portanto, é preciso desconstruir o arquivo, implodindo um conjunto de memórias, a fim de arquivar, de outras maneiras, matérias renovadas. É nesse sentido que, para Farge (2009, p. 75), “a história não é jamais repetição do arquivo, mas desinstalação em relação a ele, e inquietação suficiente para interrogar sobre o porquê e como de seu fracasso no

manuscrito”. Assim, trata-se de algo original e, ao mesmo tempo, não inédito, uma vez que é justamente pela plasticidade do arquivo que se torna possível fazer algo existir.

Também Jean-Luc Nancy (2014, p. 31-32, tradução nossa) se pronuncia sobre o tema:

O que é um gesto? Não é nem um movimento nem o desenho de uma forma. Um gesto, de um modo geral, quer dizer a vida, você poderia dizer que ele é o acompanhamento de uma intenção, mas que, por si só mesmo, permanece estranho para a intenção. [...] O gesto é um dinamismo sensível que precede, que acompanha o que sucede o sentido ou a significação, porém é sentido sensível.

Para Nancy, o gesto é da ordem de sensibilidade: o que mobiliza, faz mover, perturba e repete. Paradoxalmente, o que move um gesto é algo conhecido/esquecido. Assim, cada reativação de um gesto pode levar a outras virtualidades que se abrem a novas experiências. Daí que, como afirma Maryvonne Ménez (2011, n.p., tradução nossa), “o que acontece existencialmente é da ordem do futuro”. Isso faz com que o gesto passe a existir como novo ou como se, paradoxalmente, ele habitasse o limiar de algo que sempre foi conhecido e que, ao mesmo tempo, foi esquecido. Portanto, é a repetição ou, mais especificamente, a diferença de cada repetição que possibilita sua reativação criadora.

O gesto consiste, desta feita, sempre em um recomeço, em uma abertura para uma nova temporalidade. Dito de outro modo, trata-se do possível que faz gerar as potencialidades não registradas nos gestos anteriores. Tal como Chantal Pontbriand (2008, p. 48, tradução nossa) pondera, os gestos são “pensamentos em ato, não se tratando, pois, de representação ou rerepresentação de movimentos de segunda mão, segundo uma perspectiva de conservação de determinada forma de vida, mas de uma captação de forças arquivadas, uma transmutação de um acontecimento produzindo novos agenciamentos de forças, visíveis e invisíveis. Ou seja, o gesto como invenção de um novo lugar para o corpo, que conserva traços dos elementos originais, mas os reconfigura por completo.

Tal perspectiva de invenção aproxima-se daquela que Sandra Mara Corazza (2016, p. 11) sustenta a propósito da ideia de tradução como transcrição: “Se, por um lado, a tradução deve prosseguir sendo ligada à matéria-fonte e, assim, manter, em algum grau, a sua equivalência de código ou de sentido; para que esta mesma matéria seja revitalizada, a tradução tem de transcriá-la, porque não pode não fazê-lo”.

Traduzir de modo transcriador coloca sob suspeita a perspectiva de uma matéria original como fonte de verdade imutável, diante da qual seríamos “meros transportadores

neutros ou de filtros inócuos de significados, temas, conteúdos, os quais seriam preservados, em qualquer tempo, espaço, língua ou cultura” (CORAZZA, 2015, p. 116). Portanto, se a tradução transcriadora é o movimento de transposição antropofágica das matérias originais, a reboque da premissa de que o arquivo só existe na medida em que o atualizamos, restar-nos-ia agir à moda de Haroldo de Campos (2013, p. 39), para quem “a apropriação da historicidade do texto-fonte pensada como construção de uma tradição viva é um ato até certo ponto usurpatório, que se rege pelas necessidades do presente de criação”.

Tal usurpação do arquivo perfaz-se por meio de um desbloqueio de sua própria força; nesse caso, o *mal de arquivo* dá-se no corpo transcriador. Para Derrida (2001, p. 9), tal feito consistiria na possibilidade de desconstrução dos arquivos herdados, abrindo-os a novas inscrições, “aquilo que arruína, desvia ou destrói o próprio princípio do arquivo, a saber, o mal radical”. Assim, é possível afirmar que em todo o arquivo há um desastre iminente, uma afronta à memória, uma pulsão de morte, uma vez que o arquivo não está desprovido de inscrição; ele é também ocasião tanto de seu apagamento quanto da “experiência irreduzível do futuro” (DERRIDA, 2001, p. 88).

Com efeito, produz-se um desejo de arquivamento que não se fecha jamais; ao contrário, “abre-se a partir do futuro” (DERRIDA, 2001, p. 88). Assim, no corpo é produzido um desejo de arquivar gestos no próprio ato de traduzi-los. Trata-se de um acontecimento performativo que só se tornará possível se ali houver margens, isto é, espaços para que outros gestos possam transcriar o arquivo, consubstanciando, assim, um espaço intensivo. Enfim, não se trata de recomeçar do zero, mas de rearranjar possibilidades, de movimentar-se entre aquilo que já foi e o que ainda está por vir. Como afirma Lepecki (2010, p. 19), tudo se resumiria a “retornar a um não lugar de onde se pode novamente partir”.

Eis aqui o ponto em que nos encontramos como docentes, crivados por um equilíbrio instável entre a inscrição e o apagamento do arquivo. Daí o corpo ocupando uma zona de primazia, já que gestos outros podem ser inscritos nele e a partir dele. Índice de tal potência sensível eram as unhas, o cabelo, a voz seca e insistente de Gilles Deleuze em suas aulas: marcas de gestos intensivos em seu corpo, na visão de Claude Jaeglé (2005) em *Portrait oratoire de Gilles Deleuze aux yeux jaunes*. As particularidades gestuais de Deleuze davam consistência às suas palavras e materialidade às suas ideias, tornando-se ferramentas micropolíticas por meio das quais um modo de vida docente era esculpido. Como afirma Suely Rolnik (2018, p. 15, tradução nossa), “quando se criam novos

personagens, um novo corpo é produzido, incluindo os músculos, seus tónus e suas formas, ossos e suas posturas, pele e sua porosidade; eles são a matéria mesma do que expressa um corpo”.

Trata-se, portanto, de gestos ilegíveis, lugares indeterminados de existência por meio dos quais torna-se possível “arquivar as obras no tempo da própria vida” (LEPECKI, 2015, p. 44). Tarefa tão sutil e complexa, aliás, quanto o processo que fixou a docência a uma memória de marcas. Assim, transformar o corpo em arquivo é habitá-lo de forma efêmera, para além dos afetos tristes gerados pela própria história. Isso porque “o gesto que se cumpre arremessa-nos de nós ou leva-nos com ele tão totalmente, que nada fica para pensarmos, ou discutirmos” (FERREIRA, 2011, p. 305).

## Considerações Finais

O exercício de conjecturar os modos como os gestos da docência são arquivados no corpo poderia demonstrar tão somente que “somos o produto dos gestos que nos carregaram, ninaram, olharam, e que nos constituíram num dado ambiente” (LIMA; AURÉLIO; SOTER, 2013, p. 108). Isso talvez bastasse para compreendermos como um professor ocupa seu espaço, como movimenta seu olhar, como se dispõe a seus alunos, como se entrega a seu ofício. Mas o que nos interessa aqui é defender a ideia de que é possível ativar gestos imprevistos, criando condições para que expressividades insondadas possam vir à tona.

Qual a força de um gesto docente, capaz o bastante para afetar o gesto alheio e por ele ser afetado?

O jeito de olhar para os alunos, sua respiração, o modo de manusear os óculos, os movimentos das mãos, o salivar, o caminhar, o falar, suas pausas, sua sofreguidão. É provável que, afinal, nada reste de um professor na memória de seus alunos a não ser o modo como seu corpo se movia no espaço da aula, como coabitava esta com os alunos, enfim, como se endereçava ao mundo que os rodeava. A graça dos movimentos próprios que atravessa a espessura do cotidiano, desfigurando-o lentamente, refundando-o pouco a pouco.

Talvez persistam apenas formas ubíquas de ser, de olhar, de tocar, que por tantas vezes reproduzimos, ora pelo avesso, ora pelo direito. Daí a representação recorrente de modos de existência docente que se resumem a uma relação vertical, a uma tensão constante, a um peso histórico. De fato, muitos dos gestos da docência configuram automatismos, engessamentos que se lhe antepõem. Desprovidos de expressividades,

tornam-se mecânicos, funcionais, desprovidos de vitalidade. Na contramão disso, poderíamos indagar, com Foucault (2008a, p. 36): “Que singular existência é esta que vem à tona no que se diz e em nenhuma outra parte?”.

Talvez as palavras precisem morrer para que os gestos sobrevivam, tal como o descobre o personagem André – no conto *Os gestos*, de Osman Lins – ao perder sua capacidade de se expressar. Resignado, ele julga-se para sempre exilado do mundo: “Minhas palavras morreram, só os gestos sobrevivem. [...] Só os gestos, pobres gestos” (LINS, 1975, p. 11). Contudo, ao longo da narrativa, André vê no gesto de sua filha os seus próprios e aquiesce: “Meus gestos de hoje talvez não sejam menos expressivos que minhas palavras de antes” (LINS, 1975, p. 16).

O referido conto oferece certa noção centrífuga de gesto, tal como aquela que perseguimos ao longo deste ensaio: uma força para além dos movimentos motores do corpo arquivados na memória e replicados nas condutas docentes. Afinal, como indaga Galard (2008, p. 17), “será que não se pode imaginar, em vez de leis que se supõem governando a vida moral, uma arte do ‘pertinente’, produzindo para cada situação singular o gesto que a convém?”.

Ora, é certo que há uma memória de gestos inscritos no corpo que, de algum modo, nos incita a reproduzir determinadas escolhas e atos. É certo também que herdamos gestos daqueles que nos precederam, inscrições guardadas na memória e reavivadas no corpo. Mas, igualmente, há outra dimensão desse corpo-arquivo, a qual diz respeito a um limiar estético e político da gestualidade capaz de nos fazer ativar e experimentar movimentos menores, ínfimos quiçá.

Ora, se os gestos definem um modo de habitar o mundo, eles também consistem na “maneira de fazer existir um ser em determinado plano” (LAPOUJADE, 2017, p. 15). Tal esforço não está atrelado a uma competência, habilidade ou conhecimento que se adquire, tampouco a um dom ou a um dever docente. Trata-se apenas um modo facultativo de vida que clama por mais e mais potência de existir.

## Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Profanações**. Trad. Selvino José Assmann. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. Notas sobre o gesto. **Artefilosofia**, Ouro Preto, n. 4, jan. 2018, p. 9-14.

BIRMAN, Joel. **Arquivos do mal estar e da resistência**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BISCH, Yves. **Ecoles d'Alsace, Les leçons de l'Histoire**. Strasbourg: Éditions du Rhin-Mulhose, 1996.

CAMPOS, Haroldo de. **Transcrição**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

CORAZZA, Sandra Mara. Didática da tradução, transcrição do currículo (uma escrita da diferença). **Pro-posições**. Campinas, v.26, n.1, jan/abr 2015, p. 105 -122.

\_\_\_\_\_. Currículo e Didática da Tradução: vontade, criação e crítica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 4, out/dez. 2016, p. 1313-1335.

DELEUZE, Gilles. **Cours Vincennes**. 1983. Disponível em: <<https://www.webdeleuze.com/textes/204>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo: uma impressão freudiana**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

FARGE, Arlette. **Vivre dans la rue à Paris au XVIII siècle**. Paris: Éditions Gallimard, 1979.

\_\_\_\_\_. **O sabor do arquivo**. Trad. Fátima Murad. São Paulo: Edusp, 2009.

\_\_\_\_\_. Le corps comme événement – Entretien avec Arlette Farge. **Article 11**, n. 8, février 2011. Disponível em: <<http://www.article11.info/?Le-corps-comme-evenement-Entretien>>. Acesso em 05 ago. 2018.

FERREIRA, Vergílio. **Invocação ao meu corpo**. Obra completa. Lisboa: Quetzal Editores, 2011.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 15 -37.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade: o cuidado de si**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. **Arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Nascimento da biopolítica**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

GALARD, Jean. **A beleza do gesto**. Trad. Celso Favaretto e Leon Kossovitch. São Paulo: EDUSP, 2008.

JAEGLE Claude. **Portrait oratoire de Gilles Deleuze aux yeux jaunes**. Paris: Presses Universitaires de France, 2005.

LAPOUJADE, David. **As existências mínimas**. Trad. Hortencia Santos Lencastre. São Paulo: n-1 edições, 2017.

LEPECKI, André. Planos de composição. In: GREINER, C.; SANTO, C. E.; SOBRAL, S. (Orgs.) **Cartografia: rumos Itaú Cultural Dança**, 2009/2010. São Paulo: Itaú Cultural, 2010, p. 13 -20.

\_\_\_\_\_. Le corps comme archive. Volonté de réinterpréter et survivances de la danse. In: BÉNICHOU, A. (éd). **Recréer/scripter: mémoires et transmissions des œuvres performatives et chorégraphiques contemporaines**. Le presses du réel, Dijon, 2015. p. 33-70.

LIMA, Dani. **Gesto**: práticas e discursos. Rio de Janeiro: Cobogó, 2013.

LINS, O. **Os gestos**. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

MÉNEZ, Maryvonne. Geste(s) d'apprendre. **Appareil** [En ligne], 8, 2011, 26 octobre 2011. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/appareil/1285>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

NANCY, Jean-Luc. **El arte hoy**. Buenos Aires: Prometeo, 2014.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral**. Trad. Paulo César de Souza. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury. **Proj. História**, São Paulo (10), dez, 1993.

PONTBRIAND, Chantal. De l'utopie au lieu commun – Le geste comme lieu du politique. In: FORMIS, Barbara. **Gestes à l'œuvre** (Dir.). Paris: De l'incidence éditeur, 2008. p. 47-58.

ROLNIK, Suely. ¿Cómo hacernos un cuerpo? Entrevista con Suely Rolnik /Marie Bardet. **Lobo Suelto**. 08 mai. 2018. Disponível em: <<http://lobosuelto.com/?tag=como-hacernos-un-cuerpo>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

**Revisores de línguas e ABNT/APA: Lene Belon**

**Submetido em 12/02/2019**

**Aprovado em 27/07/2020**

Licença *Creative Commons* – Atribuição NãoComercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0)